



José Gabriel Ávila*

Qual a estratégia açoriana para renovar as fontes energéticas?

Mesmo sem grandes conhecimentos ambientais que envolvem a importância da sustentabilidade do planeta, o cidadão comum, aos poucos, vai-se habituando a ler as letras minúsculas das faturas, nomeadamente da energia elétrica. Pudera! Se os combustíveis fósseis aumentam e cada vez mais se fala de energias alternativas, compete-lhe saber como são aproveitados os recursos energéticos disponíveis.

Neste arquipélago são diferentes as potencialidades de cada uma das ilhas.

O “recibo da luz” no entanto, não discrimina a produção energética de cada ilha. Trata os Açores, como se fossem um sistema produtor único, ou se a distribuição energética estivesse ligada por cabos submarinos, o que também seria possível e, talvez, desejável.

Vamos a factos: na fatura de um contrato de fornecimento de energia na ilha do Pico, a EDA informa o consumidor que, no 3º trimestre de 2021, 59,6% da eletricidade ali produzida teve por base o combustível “diesel”; 10,2% a energia eólica, 24,2% a energia geotérmica e 4,0% a hídrica.

Sabendo-se que na ilha Montanha não existem nem centrais geotérmicas nem hídricas, conclui-se que esta é uma informação errada. Aliás, estes dados são precisamente iguais à fatura de um utente da Ilha de São Miguel e, eventualmente, de qualquer outra.

A informação correta encontra-se no sítio da EDA. Aí sim, a Empresa de Eletricidade informa que, por exemplo, “A energia elétrica líquida produzida na ilha do Pico foi de 44,06 GWh. Cerca de 86% da energia emitida foi produzida pela central térmica, enquanto os restantes 14,0% pelo parque eólico.”

Nas Flores, “onde abundam os recursos hídricos, 52% da produção energética vem da central térmica, 43,0% da central hídrica e 6,0% do parque eólico”.(1)

Em São Jorge, cerca de 88% da energia emitida foi produzida pela central térmica, enquanto os restantes 11% pelo parque eólico.

Sabendo-se que esta ilha, devido à sua orografia, está exposta a ventos fortes, como também acontece nas Flores, não se percebe por que ainda não foi ampliada a capacidade dos aerogeradores do Pico da Urze que presentemente são 6x300Kw. O mesmo acontece com o sistema (8x300Kw) instalado na ilha do Pico, nas Terras do Canto.

Ao contrário, na Ilha do Faial, com uma produção energética sensivelmente igual à do Pico, os aerogeradores instalados (5x850 kw) têm uma capacidade de produção de 4,25 MW.

A questão em causa tem a ver com a elevada percentagem de poluição produzida no Faial e Pico pelos combustíveis fósseis, responsáveis pela produção de 86% da energia, em São Jorge por 88% enquanto nas Flores baixa para 52%.

Informar, com verdade, os consumidores de cada ilha, sobre quais as fontes de produção de energia elétrica é uma exigência que importa reparar quanto antes.

Apostar nas fontes renováveis

A estratégia da União Europeia para alcançar a neutralidade climática, até 2050, apresentada em 2020, propõe o aumento da capacidade de produção de energia eólica ao largo, dos atuais 12 GW para, pelo menos, 60 GW até 2030 e 300 GW até 2050. Para além disso, a Comissão pretende complementar esta capacidade com 40GW de energia oceânica e de outras tecnologias emergentes, como plataformas eólicas e fotovoltaicas flutuantes. Com fundos apreciáveis, onde se inclui o PRR, a UE releva as oportunidades das bacias marítimas, entre as quais as regiões costeiras insulares do Oceano Atlântico.

Em 1998, na Ilha do Pico, lugar do Cachorro, iniciou-se uma experiência pioneira de aproveitamento das ondas. “O projeto da Central do Pico foi o primeiro projeto de investigação e demonstração na área da energia das ondas financiado pela Comissão Europeia. Portugal tornou-se um dos países pioneiros no aproveitamento da energia das ondas.”(2)

A Central, durante vários anos, só pontualmente funcionou devido

a uma série de contratempos na estrutura, equipamentos elétricos e no financiamento.

Em 2003, o projeto foi retomado pelo Centro de Energia das Ondas, no entanto, as mesmas dificuldades continuaram.

A Central Piloto, em abril de 2010, chegou a debitar 450 kw/hora na rede pública, durante duas semanas consecutivas, demonstrando-se ser viável uma central de pequena dimensão abastecer um pequeno lugar remoto.



Durante toda a experiência que contou com apoios de várias entidades internacionais, nacionais e regionais, a central foi utilizada como plataforma de estudo de vários cursos e contou com muitos investigadores internacionais.

Os responsáveis pela Central Piloto Europeia de Energia das Ondas do Pico ainda procuraram angariar financiamentos através de uma parceria público-privada para recuperar parte da estrutura submersa, obra estimada em 1 milhão de euros. Como não o conseguiram, em 2018, o projeto foi abandonado, a central desativada e logo a seguir destruída pelo mar.

Segundo Ana Brito e Melo, “Esta tecnologia continua a ser uma aposta de muitas equipas no meio académico e indústria, nomeadamente na Irlanda, Itália, Dinamarca, Espanha, Noruega, República da Coreia e Índia.”(3)

As apostas da União Europeia para as energias das ondas e das marés preveem uma produção de 1 GW em 2030 e 40 GW em 2050. Os fundos existem. Importa que os diversos “players”, cientistas e a própria Universidade dos Açores em colaboração com outras academias nacionais e estrangeiras, apostem na criação de um “cluster” científico e tecnológico, para diminuir-se, drasticamente, a dependência dos combustíveis fósseis em várias ilhas, tornando-as mais limpas e atrativas.

O mar é a nossa mina. De que estamos à espera?

Notas:

1 EDA, <http://www.eda.pt/EDA/DocsDistribuicao/CARE%202020.pdf>

2 <https://www.wavec.org/contents/reports/brochura-central-do-pico-2018-3099.pdf>

3 idem

<http://escritemdia.blogspot.com>

*Jornalista c.p.239 A